



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/DILOG/DITEC/PF

Decisão nº 88097326/2025-CPL/DILOG/DITEC/PF

Processo: 08059.000043/2025-98

Assunto: **DECISÃO DE RECURSO - PREGOEIRO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2025 – DITEC/PF

**PROCESSO: 08059.000043/2025-98**

**OBJETO: Serviços de Brigadistas Cíveis**

**ASSUNTO:** Decisão de Recurso Administrativo.

**RECORRENTES:**

CRISTAL TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA (CNPJ 21.958.344/0001-88);  
CON CRET CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA (CNPJ 31.636.088/0001-66); e  
5 ESTRELAS SISTEMA DE SEGURANCA LTDA (CNPJ 72.591.894/0001-42)

**RECORRIDA:**

PRODUTIVA SERVICOS OBRAS MANUTENCAO E LOCACAO DE MAO DE OBRA  
ESPECIALIZADA LTDA (CNPJ 17.764.365/0001-95)

## **I – DO RELATÓRIO**

Esta Servidora, designada pela Portaria nº 1.479-DITEC/PF, de 12 de novembro de 2024, no exercício da competência que lhe confere o art. 165, da Lei 14.133/2021, tempestivamente responde os Recursos interpostos pelas licitantes CRISTAL TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA ( 67729429), CON CRET CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA ( 76531121) e 5 ESTRELAS SISTEMA DE SEGURANCA LTDA ( 67779312) nos autos do processo supracitado, referente ao Pregão nº 90004/2025, com as seguintes razões de fato e de direito:

Cuida-se de Recursos Administrativos interpostos pelas Recorrentes com fundamento na Lei 14.133/2021, no Edital e nas demais legislações pertinentes e aplicáveis, em face da decisão proferida pela Pregoeira subscrita, que:

a) inabilitou no certame, após diligência, a empresa CRISTAL TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA;

b) aceitou proposta e habilitou o fornecedor PRODUTIVA SERVICOS OBRAS MANUTENCAO E LOCAAO DE MAO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA.

## **II – DAS ALEGAÇÕES E REQUERIMENTOS**

**A Recorrente CRISTAL TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA apresentou Recurso tempestivo, alegando:**

1. Que a inabilitação ocorreu por falhas meramente formais, que não comprometem a capacidade técnica ou jurídico-financeira da Recorrente;
2. Que o indeferimento de prorrogação de prazo de diligência obstou a conclusão da habilitação e resultou em prejuízo à ampla defesa e à isonomia no certame.

### **E PEDE QUE:**

1. O recurso seja acolhido, com o consequente reconhecimento da possibilidade de saneamento das falhas documentais;
2. A reconsideração da decisão de inabilitação da Recorrente;
3. A concessão de prazo razoável para o envio dos documentos faltantes;
4. Não havendo reconsideração, que o processo seja encaminhado à autoridade superior para decisão.

**A Recorrente CON CRET CONSTRUcoes E SERVICOS LTDA apresentou Recurso tempestivo, alegando:**

1. Que a Recorrida não justificou tecnicamente a taxa de rotatividade utilizada na composição do Módulo 3 – Provisão para Rescisão;
2. Que a empresa habilitada não cumpre o percentual mínimo legal de aprendizes;
3. Que não foi apresentada carta ou registro sindical e comprovação da revalidação quadrimestral do credenciamento junto ao CBMDF.

### **E PEDE QUE:**

1. A empresa classificada seja inabilitada por apresentação de declaração falsa de cumprimento de cota de aprendiz, falta de comprovação de enquadramento sindical e de validade da documentação de credenciamento junto ao Corpo de Bombeiros;
2. As propostas remanescentes sejam reclassificadas.

**A Recorrente 5 ESTRELAS SISTEMA DE SEGURANCA LTDA apresentou Recurso tempestivo, alegando:**

1. Que a Recorrida não cumpriu a cota para aprendizes prevista no art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021;
2. Que a empresa deixou de apresentar a carta ou registro sindical do sindicato a qual ela declara ser enquadrada;
3. Que a revalidação quadrimestral do credenciamento junto ao Corpo de Bombeiros Militar não foi apresentada;
4. Que os atestados de capacidade técnica aceitos não comprovam a execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da licitação.

### **E PEDE QUE:**

1. O recurso seja conhecido e tenha seu mérito julgado;

2. A Administração inabilite o fornecedor classificado por apresentação de declaração falsa de cumprimento de cota de aprendiz, ausência de carta ou registro sindical e de comprovação de revalidação junto ao CMBDF;
3. O retorno à fase de julgamento das propostas, com convocação dos remanescentes.

### **III – DAS CONTRARRAZÕES**

**Em sede de contrarrrazões, a empresa 5 ESTRELAS SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA (76604640), referente ao recurso da CRISTAL TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA, defende:**

1. Que a empresa a CRISTAL foi corretamente inabilitada pelo descumprimento de requisitos habilitatórios estampados no instrumento convocatório;
2. Que a Recorrente teve plena ciência da regra imposta no instrumento convocatório e deixou de apresentar todos os documentos solicitados ou os apresentou de forma incorreta;
3. Que identificou o não atendimento às regras legais de reserva de cargos para aprendiz por parte da inabilitada;
4. Que o fornecedor deixou de apresentar a carta ou registro sindical do sindicato o qual ele declara ser enquadrado;
5. Que não foi comprovada a revalidação quadrimestral junto ao Corpo de Bombeiros Militar;
6. Que seja mantida a inabilitação da empresa.

**A empresa PRODUTIVA SERVIÇOS OBRAS MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EIRELI (76604649), quanto ao recurso da CRISTAL TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA, defende:**

1. Que a possibilidade de diligência para esclarecimentos ou saneamento de falhas formais não deve ser confundido com a tolerância a descumprimentos substanciais de exigências editalícias;
2. Que a inabilitada apresentou documentos desatualizados e outros em desconformidade com o que dispõe o edital, comprometendo a segurança jurídica e a isonomia;
3. Que a jurisprudência reconhece a discricionariedade da Administração para avaliar a conveniência e oportunidade da concessão do prazo;
4. Que o recurso da CRISTAL seja indeferido, mantendo-se a inabilitação.

**A empresa PRODUTIVA SERVIÇOS OBRAS MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EIRELI (76944572), quanto ao recurso da CON CRET CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA defende:**

1. Que a alegação de irregularidade na composição do Módulo 3 – Provisão para Rescisão é improcedente, dado que tal rubrica é variável e discricionária e que não há dispositivo legal que imponha percentual mínimo;
2. Que a declaração de reserva de cargos para aprendiz foi apresentada no sistema e que a jurisprudência recomenda que o descumprimento da cota de aprendizagem não enseje a inabilitação automática;
3. Que a redução no percentual de aprendizes apresentada na certidão do MTE decorre da alta rotatividade dos contratos, perfil técnico das funções operacionais e reestruturação por novos contratos firmados;
4. Que, por flutuações nos quadros funcionais, 14 das 17 empresas participantes mantêm certidão de cota de aprendiz com percentual inferior, inclusive a CON CRET;
5. Que as Declarações de Enquadramento Sindical e de Responsabilidade foram devidamente anexas à proposta, nas quais assume inteira responsabilidade pela veracidade do enquadramento informado e reconhece a vedação à utilização de instrumento coletivo de sindicato alheio à sua categoria;
6. Que não existe obrigação legal de filiação a sindicato patronal, bastando que esteja enquadrada na

categoria econômica correspondente à sua atividade preponderante e que observe as normas coletivas aplicáveis;

7. Que o Termo de Referência exigiu apenas Certificado de Regularidade (CRD) emitido pelo CBMDF, sem impor a juntada da revalidação quadrimestral;

8. Que o recurso da CON CRET seja indeferido e mantida a habilitação da PRODUTIVA.

**A empresa PRODUTIVA SERVIÇOS OBRAS MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EIRELI (76604656), quanto ao recurso da 5 ESTRELAS SISTEMA DE SEGURANCA LTDA, defende:**

1. Que a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 63, IV, exige apenas a apresentação de declaração de que o licitante cumpre as exigências legais relativas à reserva de cargos para aprendiz e que tal declaração foi apresentada;

2. Que a inabilitação automática pela apresentação de certidão de cota com percentual inferior afetaria a competitividade da licitação, já que tal situação não é condição isolada da empresa Recorrida;

3. Que a base de cálculo para fins de cotas de aprendizes está em constante mutação;

4. Que é princípio constitucional a liberdade sindical;

5. Que apresentou CRD junto ao CBMDF e que há possibilidade de consulta ao sistema da instituição credenciadora para comprovar a situação atualizada do credenciamento das empresas cadastradas;

6. Que encaminha o Termo de Aceitação da Revalidação, emitido pelo CBMDF, em 28/04/2025, junto às contrarrazões;

7. Que o edital não exige atestados com identidade literal ao objeto licitado, reforçado pela jurisprudência que desvincula a necessidade de demonstração de experiência idêntica, e que os atestados apresentados atendem ao solicitado na capacidade técnica;

8. Que o Recurso da 5 ESTRELAS seja indeferido e mantida a habilitação da PRODUTIVA.

#### **IV – DA ANÁLISE**

**Da alegação de que a Recorrente CRISTAL:**

1. Foi inabilitada por falhas meramente formais;

2. E o indeferimento de prorrogação de prazo de diligência obstou a conclusão da habilitação.

#### **Dos Fatos:**

A empresa outrora aceita na fase de julgamento das propostas foi convocada na fase de habilitação, conforme mensagem do pregoeiro do chat, em 13/06/2025, às 14h36min46s:

"Sr. Fornecedor CRISTAL TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA, CNPJ 21.958.344/0001-88, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 16:40:00 do dia 13/06/2025. Justificativa: Habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e qualificação técnica-profissional (itens 8 do TR e 3 e 6 do edital).

Caso haja necessidade de prorrogação dos prazos estabelecidos, peço aos senhores que encaminhem as solicitações e justificativas dentro do período inicial estabelecido."

Em seguida, o licitante solicitou dilação e prazo via chat, às 15h01min02s:

"Boa tarde, estamos finalizando a conferência dos documentos de habilitação e, para garantir a completa verificação e organização das informações, solicitamos, respeitosamente, a dilação do prazo para envio até as 18h do dia de hoje."

Resposta do pregoeiro às 15h08min26s:

"Prorrogação concedida.

Sr. Fornecedor CRISTAL TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA, CNPJ 21.958.344/0001-88, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 18:45:00 do dia 13/06/2025. Justificativa: Prorrogação solicitada via chat."

O licitante encaminhou documentação de habilitação às 16:59:45, de 13/06/2025 (65441314).

Após análise da área técnica (65683029), o licitante foi informado via chat sobre a necessidade de complementação e ajustes de informações, conforme transcrição de texto emitido em 16/06/2025, às 14h01min33s:

"Atenção ao chat. A manifestação emitida será transcrita a seguir:

'Habilitação Jurídica (Itens 8.4 a 8.11):

CNPJ válido (21.958.344/0001-88) e inscrição na Junta Comercial do DF (Nire 53.201.987.833);

Contrato social (3ª Alteração Contratual de 2018), com capital social de R\$ 100.000,00 dividido entre os sócios José Felipe Santos Nascimento (99%) e Michael Douglas Santos Nascimento (1%). Contrato Social diverge do apresentado no SICAF (10ª alteração - 2024). Com capital social de R\$ 350.000,00 em nome de Leonardo Laurindo da Silva;

Situação cadastral ativa no SICAF, sem impedimentos.

Conclusão: Documentação jurídica regular, porém com informação de contrato social e administrador divergente.

[...]

Qualificação Econômico-Financeira (Itens 8.20 a 8.25):

Certidão Negativa de Insolvência Civil e Falência;

Demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios: o Índices de liquidez (LG e LC > 1) e solvência (SG > 1) atendidos. O Patrimônio líquido de R\$ 100.000,00 (10% do valor estimado da contratação de R\$ 5,3 milhões).

Conclusão: Em análise da documentação disponibilizada para fins de qualificação econômico-financeira, verificou-se que não foi enviada a declaração prevista no item 8.25. do Termo de Referência (TR) e foi encaminhada a declaração prevista no item 8.23 do TR relativa ao exercício de 2023.

Entretanto, conforme previsto no item 8.23.1 do TR, a declaração deve ser relativa ao último exercício social, ou seja, 2024, com as justificativas bem embasadas e demonstradas, no caso seja aplicável o que dispõe o item 8.23.2 do TR. Ademais, informa-se que tal declaração deve conter todas as informações contidas no modelo apresentado no anexo III do Termo de Referência.

Ademais, a declaração citada não está considerando os valores mensais dos contratos, além do que alguns valores de contrato estão em desacordo com valores constantes no sistema Comprasnet e no portal de transparência do MPF. Dessa forma, deve a empresa encaminhar as informações faltantes, bem como realizar a correção de valores, para possibilitar a realização da análise da qualificação econômico-financeira.

Tendo por base o acima exposto, a licitante CRISTAL TERCEIRIZAÇÃO DE

SERVIÇOS LTDA atende parcialmente aos critérios de habilitação do TR: Documentação jurídica (divergente), fiscal e trabalhista regularizada. Capacidade econômico-financeira incompatível com o objeto, devendo atualizar documentações. [...]

Dessa forma, solicita-se a atualização de documentos de habilitação jurídica e econômico-financeira para a empresa participante do certame."

Às 14h12min32s, foi aberta diligência, com horário final definido para 16h40min do mesmo dia, para envio da documentação ajustada, conforme consta no relatório de diligências anexo (66682376):

**Fornecedor:** 21.958.344/0001-88 - CRISTAL TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA

**Motivo:** Complementação de informações referentes à habilitação jurídica e econômico-financeira.

**Análise:** Habilitação jurídica: contrato social apresentado (3ª alteração) não condiz com o que consta no SICAF (10ª alteração).

Providências: Encaminhar a última alteração de contrato social acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores, conforme TR (item 8).

Habilitação econômico-financeira: Não apresentou declaração do contador, indicada no item 8.25 do TR. Apresentou Declaração de Contratos Firmados referente ao ano de 2023, enquanto o edital exige os dados relativos ao último exercício social (8.23.1). A declaração apresentada não contém os dados solicitados no ANEXO III do edital (Declaração de Compromissos Assumidos). A declaração citada não está considerando os valores mensais dos contratos, além do que alguns valores de contrato estão em desacordo com valores constantes no sistema Compras e no portal de transparência do MPF.

Providências: apresentar declaração do item 8.25 do TR. Apresentar Declaração de Compromissos Assumidos referente ao ano de 2024, com as justificativas bem embasadas e demonstradas, e com os dados relativos aos contratos conforme modelo disponibilizado em anexo do edital. Adequar as divergências de valores apresentadas na declaração conforme aqueles disponibilizados nos sistemas oficiais (Compras e MPF).

O licitante solicitou via chat a dilação de prazo, às 14h14min17s:

"Boa tarde. Solicitamos por gentileza que o prazo para envio seja concedido até as 18:00 visto que o modelo de declaração necessita de diversas informações. Desde já agradecemos a atenção."

E foi informado pela pregoeira da regra disposta nos itens 7.14 e 7.15 do edital:

7.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.12 (habilitação), poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, **em até duas horas**, para:

7.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido

unilateralmente pelo licitante;

7.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

A prorrogação foi negada com base na norma editalícia e o licitante demonstrou ciência do fato, com mensagem enviada às 14h20min59s:

"Ok. Encaminharemos dentro do prazo estabelecido."

A documentação recebida (65689523) foi analisada, conforme Nota nº 65689830:

"Referente à habilitação jurídica, o fornecedor enviou a alteração de contrato social condizente com a disponibilizada no SICAF, porém não encaminhou documentos comprobatórios de seus administradores, conforme item 8 do Termo de Referência.

Em análise da documentação disponibilizada para fins de qualificação econômico-financeira, verificou-se que não foi enviada a declaração prevista no item 8.25. do Termo de Referência (TR):

'8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.'

Em relação à Declaração de Compromissos Assumidos, prevista no item 8.23. do TR, foram verificadas as seguintes inconsistências:

O valor total apontado (R\$17.428.314,55) não representa a soma do rol de contratos apresentado. Assim, não há como saber onde está o equívoco, pois pode ser no rol de contratos apresentado ou na soma realizada;

A data de início informada também não está de acordo com o solicitado na declaração, pois as datas de início apresentadas são dos exercícios de 2025, 2026 e 2027;

O prazo de execução informado não apresenta consistência em relação às datas de início apresentadas, impossibilitando a Administração de verificar a compatibilidade da declaração de compromissos assumidos com a demonstração de resultado de exercício (DRE).

A Declaração de Compromissos Assumidos, quando corretamente preenchida, informa a data de início dos contratos e os respectivos prazos pactuados. Com isso, possibilita a Administração verificar a coerência entre os contratos vigentes em determinado período com os valores informados na respectiva Demonstração de Resultado do Exercício.

Dessa forma, informa-se que a Declaração de Compromissos Assumidos encaminhada não possibilita a realização dessa análise.

Isso posto, entende-se que a Empresa não cumpriu com as exigências editalícias, seja em relação a não entrega da declaração prevista no item 8.25. e os documentos comprobatórios dos administradores previstos no item 8, seja em relação a Declaração de Compromissos Assumidos, prevista no item 8.23., pelos motivos acima expostos."

Diante da análise proferida e do disposto no item 7.15 do edital, que impede a concessão de nova oportunidade para envio de documentação faltante, a empresa foi comunicada via chat e a pregoeira procedeu com a inabilitação da CRISTAL TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ

Informo que a solicitação do documento comprobatório do administrador da empresa deu-se em razão da exigência disposta no item 8 do Termo de Referência, anexo do edital, para fins de habilitação jurídica da empresa. A Recorrente alega que o RG do proprietário encontrava-se disponível no SICAF, porém tal acesso é restrito ao público geral. O envio do documento também foi reforçado em diligência para conferência, averiguação e transparência junto aos demais participantes, já que a empresa convocada havia apresentado inicialmente Alteração Contratual desatualizada, em nome de outros sócios (José Felipe Santos Nascimento e Michael Douglas Santos Nascimento), na qual os dados do atual dono não constavam (Leonardo Laurindo da Silva).

Referente à negativa de dilação de prazo na diligência de habilitação, a pregoeira agiu de acordo com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Observa-se que, nas demais fases do certame, o texto editalício permite sucessivas prorrogações, desde o julgamento das propostas até a convocação inicial da habilitação, conforme listado a seguir:

#### 5 . DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

[...]

5.21.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo. [...]

#### 6. DA FASE DE JULGAMENTO

[...]

6.16. O pregoeiro/agente de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022. [...]

#### 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

[...]

7.12. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação.

Entretanto, o trecho que permite a complementação de informações de habilitação após a primeira convocação tem aspecto restritivo:

7.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.12, poderá ser admitida [...] a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas [...].

[...]

7.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.



Ao licitante foi concedido prazo de duas horas, com prorrogação de mais duas horas na convocação inicial de habilitação. Com a abertura de diligência, outras duas horas foram disponibilizadas (improrrogáveis), totalizando seis horas para apresentação da documentação completa, ainda assim o fornecedor não anexou documento do administrador condizente com o Contrato Social atualizado, declaração de atendimento aos índices assinada por profissional da área contábil, de emissão obrigatória por parte da empresa, e não apresentou dados concretos na Declaração de Compromissos Assumidos, comprometendo a análise das qualificações jurídica e, principalmente, econômico-financeira.

Ademais, a regra sobre impossibilidade de prorrogação de prazo em diligência de habilitação também foi aplicada com o segundo colocado, conforme mensagem do chat do sistema enviada pela pregoeira à empresa PRODUTIVA, às 14h25min44s, do dia 23/06/2025:

"Será convocada diligência pelo prazo de duas horas, sem possibilidade de prorrogação."

Observa-se que o princípio do formalismo moderado foi devidamente aplicado, considerando que o órgão concedeu à CRISTAL a oportunidade para envio da documentação inicialmente não enviada (documento do proprietário e declaração de atendimento aos índices assinada pelo contador), bem como daquela que necessitava de ajustes (Declaração de Compromissos Assumidos - modelo disponibilizado na publicação do edital - Anexo III). Além disso, o princípio da isonomia também foi observado, já que o mesmo parâmetro editalício foi aplicado à empresa convocada em sequência, conforme disposto acima.

Assim, entende-se que a negativa de dilação de prazo e a inabilitação da primeira colocada são coerentes com as normas previstas no edital e com os princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, vinculação ao edital e julgamento objetivo.

#### **Da alegação da Recorrente CON CRET:**

1. Que a Recorrida PRODUTIVA tem incidências irrisórias no MÓDULO 3 – Provisão para Rescisão.

Informo que foi diligenciado via sistema a justificativa dos cálculos da planilha, de acordo com a análise exarada pela área técnica (65694338) e a convocação no chat em 17/06/2025, às 16h15min33s:

"Por fim, observamos que na Proposta apresentada os percentuais estatísticos utilizados para cálculo do MÓDULO 3 - PROVISÃO para RESCISÃO foram reduzidos. Assim, solicita-se, s.m.j, abertura de diligência para que a licitante justifique a metodologia de cálculo utilizada de forma a embasar análise futura no que tange aos custos não renováveis passíveis de redução e/ou eliminação."

A empresa convocada encaminhou o documento SEI n. 65695496, no qual especifica sua estrutura matemática para indicação do percentual. A justificativa foi considerada aceita pela Equipe de Planejamento da Contratação, conforme Despacho n. 65653951, no qual reforça que a estimativa de custo é de gerenciamento do licitante, que a utilização de percentual estatístico inferior não poderá ensejar revisão posterior e que a unidade contratante procede anualmente com a revisão dos custos para identificação daqueles considerados como não renováveis, que são passíveis de eliminação e/ou redução. O fornecedor foi informado formalmente via chat, às 11h01min42s, de 18/06/2025.

É importante destacar que neste módulo devem constar as situações em que, por iniciativa do empregador, ocorrem as rescisões dos contratos de trabalho por demissão sem justa causa, gerando os custos do aviso prévio indenizado e do aviso prévio trabalhado. Ressalta-se que são situações estatísticas baseadas em índices orientados pelo TCU, nos dados do IBGE e nos estudos do CNJ.

No caso em comento, a empresa PRODUTIVA apresentou em sua planilha de custos os valores baseados em normas constitucional e trabalhista vigentes e em seu histórico, o que foi demonstrado através do

memorial de cálculos fornecido em diligência (65695496).

Além disso, tal percentual não tem definição em lei específica, assim não é possível ratificar a alegação de violação ao princípio da legalidade defendido pela Recorrente.

### **Da alegação similar das Recorrentes CON CRET e 5 ESTRELAS:**

1. Que a Recorrida não cumpre reserva de cota de aprendiz;
2. Que a classificada não apresentou carta ou registro sindical;
3. Que não comprova revalidação de credenciamento junto ao CBMDF.

As Recorrentes informam que a CRISTAL e a PRODUTIVA apresentaram informações falsas ao declararem, via sistema, que cumprem a reserva de cota para aprendiz, porém consta em certidão pública emitida pelo MTE que seus percentuais são inferiores ao mínimo previsto na CLT.

A Recorrida PRODUTIVA defende nas contrarrazões que possui contratos recentes que alteraram o percentual da cota a qual busca preencher as vagas, bem como a oscilação geral no mercado, que atinge grande parte das empresas participantes, inclusive a recorrente CON CRET, que também possui certidão com quadro insuficiente de aprendizes (situação até 01/07/2025).

De início, é importante esclarecer que, embora seja frequente a confusão nesse sentido, a Lei em momento algum exige, como requisito de habilitação, o emprego de um percentual mínimo de menores aprendizes. Para a fase de habilitação, o que a norma exige, em seu art. 68, VI, é apenas o cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, no sentido de não empregar menores em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

A Lei trata da contratação de menores aprendizes como cláusula necessária do contrato administrativo a ser firmado como o vencedor da licitação (art. 92, XVII), obrigação que deve ser observada durante a execução contratual (art. 116). Contudo, por não se tratar de requisito expressamente previsto para a fase de habilitação, não se pode admitir decisões de inabilitação de empresas que, ainda na fase de licitação, não cumprirem com a exigência do art. 429 da CLT.

Além disso, o TCU consignou recente entendimento, no Acórdão n. 523/2025-Plenário, de que a certidão automática de reserva de cotas do MTE não pode ser utilizada, por si só, para determinar a inabilitação de licitante, por se tratar de documento que simplesmente apura dados alimentados em um sistema on-line, que podem não representar a situação real das empresas em razão da defasagem na atualização de informações registradas no e-Social. Também entendeu a Corte de Contas que “a exigência legal, na fase de habilitação, é apenas a declaração formal do licitante [...], presumindo-se sua veracidade com base nos princípios da boa-fé e da lealdade processual.”

Todos os licitantes apresentaram declaração de cumprimento no sistema.

Entende-se assim que em nenhum dos diplomas se observa a exigência de “comprovação do cumprimento” das cotas, mas sim, uma declaração. Não há exigências de preenchimento das vagas para a licitação, e sim obrigação de reserva de vagas, portanto não cabe inabilitação da classificada por certidão MTE com percentual inferior.

As Recorrentes também declaram que as empresas inabilitada e classificada deixaram de apresentar documento solicitado em edital:

"No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

[...]

6.14.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;"

Ambas as empresas convocadas encaminharam declaração, conforme item 6.14.1 do edital, informando o

enquadramento sindical junto ao SINDBOMBEIROS/DF, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho, conforme imagem do documento enviado pelo licitante classificado:

**PRODUTIVA SERVIÇOS OBRAS MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA.**

CNPJ: 17.764.365/0001-95

Endereço: QN 7D Conjunto 04 Lote 11, Sala 104, Parte, Riacho Fundo II – BRASÍLIA/DF

Telefone: (61) 99263-5574 / (61) 3973-1479

À

**DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DA POLÍCIA FEDERAL**

Pregão Eletrônico nº 90004/2025

(Processo Administrativo nº 08059.000043/2025-98)

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO SINDICAL**

(Item 6.14.1 do Edital)

A empresa **PRODUTIVA SERVIÇOS OBRAS MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA.**, por intermédio de sua representante legal, declara que:

1. A atividade econômica preponderante da empresa é a prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme definido em seu objeto social;
2. Está sindicalmente enquadrada junto ao SINDBOMBEIROS/DF – Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços de Bombeiros Profissionais Civis do Distrito Federal, entidade que representa a categoria profissional correspondente à atividade preponderante;
3. A empresa fundamenta sua proposta e planilha de custos com base na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT 2024, firmada com o referido sindicato, a qual segue anexa a esta proposta;
4. Esta declaração é emitida nos termos do item 6.14.1 do edital do Pregão Eletrônico nº 90004/2025, promovido pela Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal.

Cabe destacar que a exigência de apresentação da carta sindical não deve ser confundida com a exigência de apresentação do Certificado de Regularidade Sindical, que é vedado pelo Tribunal de Contas da União, e que a Constituição Federal declara a liberdade sindical.

Conforme Acórdão n.1.207/2024-Plenário, a Corte de Contas afirma:

"A carta ou registro sindical é um documento emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego que concede personalidade jurídica sindical para as entidades que cumprem as formalidades legais, habilitando-as para a **representatividade legal da categoria**.

Por meio da carta sindical, será possível identificar a base territorial do sindicato, verificar a razão social do sindicato e a categoria que o sindicato representa e sua abrangência, o que permite entender o enquadramento sindical da empresa.

Não há custos ou burocracia para obter uma cópia desse documento, disponível no site do Ministério do Trabalho e Emprego, bastando digitar o número do CNPJ do sindicato para a emissão da carta, de modo que essa exigência não apresenta caráter restritivo.

Todavia, deve ser ressaltado, não cabe ao Poder público substituir a empresa na tarefa de realizar o enquadramento sindical, ou se manifestar quanto ao acerto ou desacerto do enquadramento realizado, uma vez que a Constituição Federal, no art. 8º, inc. I, veda a interferência e a intervenção na organização sindical, competindo apenas à Justiça trabalhista resolver eventual reclamação trabalhista ou dissídio

coletivo.

Compreende-se, assim, que a exigência de declaração quanto ao auto-enquadramento sindical e a apresentação da carta sindical permite a todos os participantes da licitação avaliar a coerência das informações prestadas pela licitante, que pode ser objeto de contestação no foro trabalhista adequado, inclusive pelo Ministério Público do Trabalho e pelos próprios empregados terceirizados.

O aspecto da coerência significa que **o pregoeiro deve apenas avaliar se a carta sindical apresentada é compatível com o enquadramento sindical declarado e a CCT apresentada pela empresa licitante**, e se houver incompatibilidade manifesta, deve-se diligenciar a empresa para que apresente a documentação que demonstre a compatibilidade entre o enquadramento sindical e a respectiva CCT, não cabendo ao pregoeiro, porém, decidir sobre o enquadramento sindical adequado da empresa."

Informo que, com base na indicação do Sindicato dos Bombeiros Civis do Distrito Federal por parte das primeiras colocadas, a pregoeira procedeu com a diligência de averiguação, através do sítio eletrônico do MTE (<https://cersin.mte.gov.br/>) e em posse do CNPJ do sindicato indicado (07.316.380/0001-17) realizou consulta, na qual foi emitida certidão de acesso público (84443857), a qual consta em imagem abaixo e será anexada ao portal de transparência da PF para conferência (<https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/licitacoes/2025/diretoria-tecnico-cientifica-ditec/pregao-eletronico>):



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

### CERTIDÃO

O Departamento de Relações do Trabalho - DRT, conforme disposto na Portaria MTE nº 3.472, de 04 de outubro de 2023, certifica, para fins de direito, que consta no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais – CNES o CNPJ nº **07.316.380/0001-17**, com as seguintes informações:

Situação da Entidade: **ATIVA**

Grau: **Sindicato**

Denominação: **SINDBOMBEIROS/DF - SIND. TRAB. BOMBEIROS PROFISSIONAIS DO DF**

Área Geoeconômica: **Urbana** Grupo: **Trabalhador** Classe: **Empregados**

Categoria: **Profissional dos Trabalhadores Bombeiros Profissionais, Civis (Privado), Públicos e de Empresas Prestadoras de Serviços.**

Abrangência: **Estadual**

Base Territorial: **\*Distrito Federal\***

Diretoria:

Data início mandato: **01/12/2023** Data término mandato: **30/11/2028**

Dirigente	Função
FELIPE ARAUJO SOUSA	Presidente
EVANDRO FRANCISCO DA SILVA	Vice-Presidente
RAFAEL ALVES DE OLIVEIRA	Secretário Geral
CLAUDOMIRO SOARES	Tesoureiro
CLAUDIVANIA XAVIER DE MELO	Suplente de Diretoria
DIEGO MARTINS DA SILVA	Suplente de Diretoria
JACI FERREIRA MACHADO	Suplente de Diretoria
JOSIEL GUILHERME AQUINO DE ALMEIDA	Suplente de Diretoria
DIVINO FERNANDO RIBEIRO SALES	Membro do Conselho Fiscal
EDCARLOS GOMES DE OLIVEIRA	Membro do Conselho Fiscal
JACILENE AIRES DA SILVA BENTO	Membro do Conselho Fiscal
LUIS EDUARDO SA NASCIMENTO	Membro do Conselho Fiscal
MICHELE VIEIRA BATISTA	Membro do Conselho Fiscal
ROMULO LIMA MOTA	Membro do Conselho Fiscal

No documento emitido é possível identificar que o SINDBOMBEIROS está ativo, sua base territorial é o Distrito Federal, representa a categoria profissional dos trabalhadores bombeiros profissionais, civis, públicos e de empresas prestadoras de serviços e nomeia a composição da diretoria, com mandato até 30 de novembro de 2028. Os dados comprovam compatibilidade com a CCT escolhida e a proposta

apresentada e aceita.

É importante esclarecer que o órgão contratante em momento algum induziu, impôs ou decidiu o enquadramento sindical das licitantes, cumprindo o preceito constitucional. Coube a cada uma das convocadas providenciarem suas declarações por responsabilidade própria. A consulta pública ao registro sindical no site do MTE deu-se apenas em caráter de conferência entre o conteúdo da certidão emitida, a Declaração de Enquadramento Sindical e a proposta do licitante, com base no Edital nº 90004/2025-DITEC/PF, que contém cláusula a qual permite a verificação pelo pregoeiro/agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, como meio legal de prova.

Além disso, conforme esclarecido na jurisprudência supracitada, trata-se de documento de acesso público, ou seja, tal ação não adentra a emissão de documentos próprios ou de acesso restrito os quais somente a empresa contém informações ou meios legais para emití-los.

Considerando a informação exposta, entende-se, com base no princípio do formalismo moderado, que não cabe desclassificação da empresa PRODUTIVA por ser possível identificar, através de diligência, a conformidade entre a declaração de enquadramento junto ao Sindicato dos Bombeiros Civis do Distrito Federal e a certidão de registro sindical do MTE.

Quanto à falta de comprovação de revalidação do credenciamento junto ao CBMDF por parte das empresas CRISTAL e PRODUTIVA, observa-se que o item 8.27 do Termo de Referência não exige tal documento para fins de qualificação técnica:

8.27. Comprovação de que é credenciado junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF para a prestação de serviços relativos à segurança contra incêndio e pânico, conforme determina a Norma Técnica nº 006/2000, considerada a competência atribuída ao referido órgão pelo art. 4º do Decreto Distrital no 21.361, de 20 de julho de 2000.

Os comprovantes de credenciamento encaminhados pelas empresas foram conferidos pela Equipe de Planejamento da Contratação junto ao acesso público do sítio eletrônico do Corpo de Bombeiros/DF (<https://segurancacontraincendio.cbm.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/LISTAS-PARA-O-SITE-Empresas-Brigadas-Ativas-1.pdf>) e anexa ao processo (61705583), sendo identificadas como credenciadas até 2026.

Percebe-se que a revalidação é condição exposta na NT nº 006/2000-CBMDF, mas não foi considerada como requisito de habilitação para o certame, portanto não exigiu-se dos licitantes convocados. Ainda assim, a empresa classificada, encaminhou anexa às contrarrazões documento quadrimestral comprobatório, emitido em abril de 2025, atendendo assim à norma do órgão responsável pelo credenciamento, estando apta a desenvolver as atividades licitadas.

### **Da alegação da Recorrente 5 ESTRELAS:**

1. Que a Recorrida não apresentou capacidade técnica suficiente e compatível com o objeto a ser contratado.

Vale destacar que a qualificação técnica disposta em Termo de Referência solicita:

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

8.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.28. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.28.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 02 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não,

sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

8.28.2. contrato(s) que comprove(m) a execução pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

8.29. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

8.30. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.32. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

A Recorrente alega que a PRODUTIVA não apresentou certidões ou atestados de execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da licitação, que é a prestação de serviços de prevenção e combate a incêndios, socorro de emergência e atendimento a situações de risco. Também não demonstra atuação nos serviços especializados pelo período mínimo de 2 anos e execução de quantitativo de, no mínimo, 50% do número de postos de trabalho a serem contratados.

Antes de adentrar na documentação enviada pela classificada, é necessário explanar o posicionamento do TCU sobre o tema, o qual foi utilizado como parâmetro na análise dos atestados apresentados. Abaixo, seguem os principais acórdãos encontrados:

"Acórdão nº 449/2017 – Plenário

Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais.

Acórdão nº 1891/2016 – Plenário

Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra.

Acórdão nº 1168/2016 – Plenário

Nas contratações de serviços de terceirização (serviços contínuos prestados mediante dedicação exclusiva da mão de obra), os atestados de capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante na gestão de mão de obra.

Acórdão nº 553/2016 – Plenário

Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais."

Com base na jurisprudência elencada, os atestados devem comprovar que a licitante tem aptidão na gestão da mão de obra e não especificamente no objeto licitado. Percebe-se que a vinculação a serviço idêntico deve ser devidamente justificada e compromete a competitividade do certame, portanto, a Administração manteve no Termo de Referência a regra padrão.

A licitante encaminhou atestados de capacidade técnica (65663784) fornecidos por:

- a) IPHAN: início em 21 de janeiro de 2023 - 4 postos de brigadista;
- b) HFA: início em 10 de abril de 2021 - 16 postos divididos em técnico de edificações, técnico em suporte (TIC), técnico em suporte (MV), técnico em programação de computador e assistente desenhista industrial gráfico (designer gráfico);
- c) VTC (PJ de direito privado): início em 1 de fevereiro de 2019 - 2 postos de agente de portaria;
- d) CNMP: início em 23 de maio de 2021 - 50 postos divididos almoxarife, auxiliar administrativo, encarregado, marceneiro, recepcionista, entre outros;
- e) Exército: início em 1 de janeiro de 2023 - 6 postos de serviços de recepção e demais atividades;
- f) TST: início em 28 de janeiro de 2023 - 65 postos divididos em recepcionista e supervisor.

Os contratos firmados junto ao CNMP e ao FNDE, no início de 2025, não foram considerados na contagem de postos e tempo necessários por se tratarem de termos contratuais recentes que ainda não estão vinculados a atestados válidos.

Considerando que há exigência de comprovação de pelo menos metade dos postos a serem contratados, ou seja, 5 postos, a empresa PRODUTIVA foi habilitada por demonstrar que atende em quantidade além do estipulado referente à gestão de mão de obra (item 8.28.2 do TR), bem como certifica experiência mínima de 2 anos em atestados individuais e somatórios (itens 8.28.1 e 8.29 do TR).

Por fim, observa-se também que não há motivação legal e plausível para inabilitação da empresa classificada na qualificação técnico-operacional, entendendo-se cumpridos os requisitos editalícios.

## V - CONCLUSÃO

Conclui-se dos pontos levantados que:

- a) deve-se manter a inabilitação da primeira colocada CRISTAL por não apresentar a habilitação de forma integral e coerente e não complementá-la e/ou ajustá-la durante o prazo de diligência estabelecido em edital;
- b) deve-se manter classificada a segunda colocada PRODUTIVA por apresentar cotação, planilha de preços e anexos complementares satisfatórios, bem como documentos de habilitação pertinentes à qualificação exigida.

Importante destacar que esta justificativa não vincula a decisão superior acerca da adjudicação e homologação do certame, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este processo, fornecendo subsídios à autoridade administrativa superior, a quem cabe a análise desta e a decisão.

## VI - DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Dessa forma, *salvo melhor juízo*, a empresa licitante PRODUTIVA SERVICOS OBRAS MANUTENCAO E LOCACAO DE MAO DE OBRA ESPECIALIZADA LTDA atende aos requisitos editalícios por todas as razões acima elencadas, não sendo cabível sua inabilitação ou desclassificação.

Diante do exposto e considerando que as licitações devem ser realizadas em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da legalidade e que só se deve adjudicar o objeto à licitante que estiver em conformidade com as exigências do edital e seus anexos, julgo IMPROCEDENTES os argumentos apresentados e decido conhecer dos recursos interpostos pelas empresas CRISTAL TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA, CON CRET CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA e 5 ESTRELAS SISTEMA DE SEGURANCA LTDA, para, no mérito, negar-lhes provimento.

À consideração da autoridade competente.

Brasília/DF, 7 de julho de 2025.

**Juliana Primo Feitoza**  
Agente de Contratação  
CPL/DILOG/DITEC/PF



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA PRIMO FEITOZA, Agente Administrativo(a)**, em 07/07/2025, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=88097326&crc=FF6ABCCD](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=88097326&crc=FF6ABCCD).  
Código verificador: **88097326** e Código CRC: **FF6ABCCD**.

Referência: Processo nº 08059.000043/2025-98

SEI nº 88097326